

Mobilidade pendular da população em Goiás

Estudos do IMB



Outubro/2012

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS - IMB

MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO EM GOIÁS

Estudos do IMB

Outubro/2012

SEGPLAN
IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Giuseppe Vecci

CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB

Lillian Maria Silva Prado - Chefe de Gabinete de Gestão

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Superintendente

Elaboração:

GERÊNCIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E ESPECIAIS

Heloisa Mazzocante Ribeiro – Coordenação do trabalho

Daniel da Silva Souza

Luiz Carlos Fukugava

Marcos Fernando Arriel - Gerente

Thiago Alves

CARTOGRAMAS

Carlos Antônio Melo Cristovão

Rejane Moreira da Silva

E PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

ARTE E CAPA

Luiz Carlos Fukugava

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



**GOVERNO DE
GOIÁS**
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste

74115-030 – Goiânia – Goiás

Tel: (62) 3201-6695/8481

Internet: www.segplan.go.gov.br, www.imb.go.gov.br

e-mail: imb@segplan.go.gov.br

Outubro de 2012

Sumário

Introdução	5
1. Movimentos pendulares: alguns elementos conceituais	9
2. Movimentação pendular da população no Brasil e em Goiás.....	18
2.1 Movimentos pendulares nas regiões brasileiras	18
2.2 Goiás: concentração urbana e industrial.....	23
2.3 Movimentos pendulares da população em Goiás	28
Considerações finais	45
Referências bibliográficas	48

Introdução

A análise dos deslocamentos populacionais para trabalho e/ou estudo constitui uma importante ferramenta para entender os processos associadas à urbanização/metropolização, permitindo conhecer a existência e extensão de aglomerações, a circularidade de pessoas em determinada região, os níveis de acesso aos benefícios urbanos, além de diversos outros fatores ligados às dinâmicas territoriais. A possibilidade de análise da mobilidade humana revela substancial informação no sentido de identificar aglomerações urbanas entre o conjunto de municípios de um determinado território, posto que essas são definidas principalmente em termos de deslocamentos diários da casa para o trabalho relacionados a um sistema de assentamento orientado para a produção (Adams, 1995).

Uma das maneiras de verificar empiricamente a dinâmica populacional foi fornecida pela informação censitária, que tornou possível captar a mobilidade das pessoas em um contexto regional com base no registro do município de residência quando este é diferente do local de trabalho ou estudo informado¹. O deslocamento para trabalho e/ou estudo em municípios distintos do local de moradia possui regularidade cotidiana, sendo normalmente denominado deslocamento ou mobilidade pendular.

Os movimentos pendulares podem ser definidos como deslocamentos de pessoas “entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica” (Moura; Castello Branco e Firkowski, 2005: 124). Esse tipo de movimento populacional ocorre, via de regra, na escala urbana ou regional, tendo por contexto temporal o cotidiano dos indivíduos.

Aos planejadores públicos, a análise dos movimentos pendulares apresenta-se como importante elemento explicativo associado à expansão da metrópole e sua área de influência em relação à centralidade do mercado de trabalho. Assim, “a mobilidade populacional dessa natureza apresenta valor estratégico nas transformações socioeconômicas e físicas do território” (Stamm

¹ Na década de 1960, o Grupo de Áreas Metropolitanas, então existente no IBGE, definiu os movimentos pendulares como um dos critérios para identificar os municípios integrados a essas áreas, exigindo “pelo menos 10% de sua população total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais, para o município que contém a cidade central ou outros municípios da área” (Galvão et al., 1969, p. 61).

e Staduto, 2008: 131), o que certamente envolve responsabilidades governamentais nas mais diversas direções: produção, geração de emprego, transporte urbano, assistência educacional e de saúde, urbanização etc.

Além disso, os indicadores de mobilidade populacional são substancialmente interessantes ao sinalizarem decadência ou pujança econômica e explicitam relações entre lugares distintos, sendo frequentemente utilizados como parâmetro para a definição das dimensões de regiões funcionais e/ou metropolitanas pelos planejadores urbanos. Deve-se levar em conta que a inserção ocupacional ocorre *vis a vis* à distribuição espacial das atividades econômicas, sendo, portanto, elemento de fundamental importância.

Entretanto, se os fluxos atuais, especialmente nos grandes centros urbanos/metropolitanos, estão fortemente relacionados à movimentação de pessoas em prol da produção e circulação de bens e serviços, é preciso ressaltar que os deslocamentos populacionais não possuem como exclusiva motivação o mercado de trabalho e/ou a educação formal. De todo modo, tais movimentos, cuja regularidade subjaz à vida cotidiana, podem ser considerados suficientes para caracterizar, em especial, as aglomerações urbanas, com a produção de uma gama de efeitos diretos e indiretos.

Ao lado do fenômeno da expansão metropolitana, os deslocamentos populacionais tanto podem indicar desigualdades no interior de uma metrópole, como podem, por outro lado, se constituir em elemento estratégico para que as pessoas possam se inserir nos contextos atuais de transformações socioeconômicas, de modo a buscarem ascensão em suas condições de vida (Hogan, 1993; Sobreira, 2005).

Tendo em vista que tais fenômenos incidem de maneira decisiva no funcionamento cotidiano e na projeção estratégica das cidades, o presente trabalho tem por objetivo explorar as possibilidades dessa informação em Goiás, de maneira a fornecer subsídios capazes de orientar a melhor elaboração e adequação de políticas públicas consistentes com o desenvolvimento econômico e social no estado.

No presente caso, quantificar e qualificar os movimentos populacionais permite uma maior abrangência e comparabilidade espaço/tempo, com vistas a orientar a organização do território, as tendências de distribuição da atividade econômica, assim como da localização da moradia na área metropolitana.

Dessa maneira, pretende-se contribuir com a busca de soluções para as problemáticas associadas ao processo de desenvolvimento urbano e metropolização, com atenção à gestão de redes e de sistemas de transportes, impactos ambientais e sociais, educação, saúde, entre outras funções públicas de interesse comum.

A reflexão sociológica oferece importante contribuição para explicar os fatores que interferem sobre os deslocamentos pendulares vinculados ao movimento da economia e da sociedade, uma vez que as escalas métricas possibilitam analisar apenas a “ordem e a sequência dos acontecimentos sociais (a exemplo dos movimentos social e territorial)”, mas não desvendam as suas “causas constituintes” (IBGE, 2011). Chegar ao conhecimento por meio da explicação ou compreensão das relações entre variáveis requer uma análise das relações em suas complexidades, em detrimento de explicá-las simplesmente através do isolamento das possíveis variáveis. A reflexão acerca dos números e classificações torna possível observar e compreender as diversas práticas sociais, institucionais e demográficas que condicionam ou são condicionadas por ações políticas, econômicas e sociais responsáveis por impulsionar a mobilidade da população.

Não seria demais ressaltar, no tocante aos estudos quantitativos e dados estatísticos, que “nomear e numerar são atos condicionados pelas mudanças ocorridas na estrutura social e econômica, cujas relações se alteram ao longo do tempo e as explicações também” (IBGE, 2011), assim como as suas implicações. Como colocado por Bourdieu (1989), a percepção, a concepção e a representação do mundo são reflexos da estruturação das práticas sociais e institucionais, o que envolve tanto o sentido objetivo como o subjetivo. Como princípio geral, é necessário classificar, de maneira a conhecer o fenômeno que se deseja estudar, para, na sequência, explicar as novas formas sociais e institucionais, de maneira a compreender o acontecer social (Idem, ibidem).

O relatório aqui sintetizado contempla, inicialmente, uma abordagem conceitual dos movimentos pendulares, em seguida é realizada uma análise geral dos movimentos pendulares no Brasil, para, na sequência, demonstrar as características assumidas por esse fenômeno nos municípios goianos. Utilizando as informações fornecidas pelos microdados do Censo Demográfico

2010, procurou-se identificar a quantidade e o perfil das pessoas que se deslocam para outro município em função de trabalho e/ou estudo, os extratos socioeconômicos, os fluxos desse movimento no estado, os municípios de maior concentração, entre outros.

Por questões metodológicas, a definição de movimento pendular adotada no presente trabalho guarda semelhanças em relação à utilizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, em que 'viagens pendulares' são aquelas que ocorrem diariamente nos mesmos horários e pelos mesmos motivos, utilizando habitualmente o(s) mesmo(s) modo(s) de transporte (CODEPLAN, 2002: 15). Enquadram-se nesta situação, portanto, as viagens do tipo "residência-trabalho-residência" e "residência-escola-residência" (qualificação técnica e educacional), entre municípios distintos². No trabalho será considerada, ainda, a movimentação de pessoas entre duas unidades da federação - que são próximas - a exemplo de Goiás/Distrito Federal ou Goiás/Mato Grosso.

² A definição de movimento pendular utilizada pela CODEPLAN contempla, ainda, a movimentação de pessoas entre áreas periféricas e áreas centrais de um mesmo tecido urbano, dentro de um único município, o que não será considerado no estudo em questão.

1. Movimentos pendulares: alguns elementos conceituais

Os dados sobre os deslocamentos para trabalho e/ou qualificação técnica/educacional tiveram início no Censo Demográfico de 1970, com o objetivo de estudar a expansão das metrópoles relacionadas com a mudança de lugar intrametropolitano (IBGE, 2011). Essa informação manteve-se no Censo de 1980; esteve ausente no de 1991, sendo reintroduzida no Censo Demográfico de 2000. Desde então, a principal preocupação centrou-se em questões focadas no mercado de trabalho e educacional. O último Censo Demográfico, realizado em 2010, apresentou um avanço em relação aos quesitos que buscam apreender esse fenômeno, com o desmembramento da questão em dois blocos: um para trabalho e outro para estudo, sendo investigados somente os deslocamentos pendulares para tais finalidades³.

Fonte essencial à análise do fenômeno dos movimentos pendulares, a informação censitária adquire maior relevância ao permitir relacionar informações dessa natureza com as demais características da população recenseada, tais como escolaridade, renda, tipo de atividade exercida, entre outras. Embora não seja possível conhecer, através da informação censitária, questões como os meios de transportes utilizados pela população em sua movimentação diária, ela fornece substanciais informações para a análise da organização do território e das problemáticas a ele associadas: gestão de redes e sistemas de transportes, ordenamento territorial, impactos ambientais e sociais, entre outros (INE, 2003).

Portanto, ainda que esta não seja uma abordagem nova do ponto de vista analítico, tanto na geografia como na demografia, apenas nos anos recentes essa variável passou a ser utilizada com mais frequência, o que pode ser explicado, do ponto de vista metodológico, pela sua retomada no Censo

³ É preciso considerar que explicações focadas somente nas condições econômicas e educativas não conseguem explicar totalmente a complexidade dos movimentos pendulares, sendo necessário instituir novas abordagens. Segundo analisa o IBGE (2011), “Para se entender a mobilidade pendular contemporânea há necessidade de novos estudos que abordem o deslocamento de pessoas em sua vida cotidiana e sejam levados em consideração, por exemplo, elementos como distância, duração, frequência, retenção, situação político-administrativa, redes sociais e urbanas, condições e formas de deslocamento e motivações para as pessoas se mudarem de lugar”.

Demográfico do IBGE 2000; de outro lado, deve-se ressaltar o significativo crescimento representado pelos fluxos populacionais, os quais não podem ser interpretados isoladamente. Esse movimento deve ser lido à luz da atual dinâmica econômica, produtiva e do mercado de trabalho entre os diferentes espaços urbanos, bem como da estruturação sociocultural e das próprias concepções sobre espaço urbano.

A substancial intensificação dessa mobilidade, característica dos aglomerados urbanos, sobretudo os de caráter metropolitano, atinge cada vez mais pessoas e ocorre entre distâncias cada vez maiores entre origem e destino, criando novas relações entre pessoas e lugares. Outro fator que merece atenção é a inexistência de políticas coordenadas entre local de moradia e de trabalho (Beaujeu-Garnier, 1980). Vale ressaltar que a aceleração vertiginosa da velocidade e do aumento quantitativo dos fluxos é um dos traços mais marcantes do espaço geográfico na contemporaneidade (Perpetua, 2010), com intenso crescimento dos fluxos em geral (materiais e imateriais) envolvendo, além do humano, matérias-primas, mercadorias, informações, capitais, entre outros.

Em vista da emergência e expansão do sistema capitalista, cresce a tendência imanente ao próprio sistema de especialização e fragmentação da produção e, a partir daí, do próprio trabalho, dando continuidade a um processo multifacetado, contínuo e sempre crescente de divisão social, técnica e territorial do trabalho (Smith, 1988). Segundo Oliveira (2010),

O presente estágio de desenvolvimento, em que prevalece o modelo de acumulação flexível, estaria determinando novas estratégias de localização das atividades produtivas, novos modos de regulação das relações capital-trabalho, bem como alterações nas estruturas das categorias ocupacionais, que, em última instância, estariam ditando o novo modo como o capital vem mobilizando a força de trabalho.

As transformações refletem as relações sociais inscritas em cada momento histórico e, nessa premissa, os processos de mobilidade da força de trabalho são desenhados pelo próprio modelo de desenvolvimento do capital. A partir dos anos de 1990, sobretudo as grandes metrópoles passam a ser vistas como os “novos dínamos da globalização da economia” (Vale, 2007: 466 apud Serra, 2010), tornando-se centros de poder financeiro, de conhecimento

tecnológico, consumo e lazer, com crescimento econômico acelerado e atração de toda ordem de investimentos, tanto nos centros quanto nas periferias.

As cidades passam a ocupar um lugar de relevo na competitividade econômica, representando verdadeiros centros nevrálgicos de uma economia sem fronteiras e sem território, tornando mais visível a tendência de desconexão entre a concentração do emprego, por exemplo, e a diluição dos locais de moradia.

No Brasil, os dados sobre pendularidade não são considerados elementos importantes para a definição de uma região metropolitana e, dessa maneira, metrópole (no seu sentido socioeconômico) se confunde com região metropolitana⁴. Como no caso brasileiro 'região metropolitana' possui definição legal, sendo função dos Estados a sua instituição, segundo consta na Constituição do país de 1988, a discussão acerca do significado da metrópole enquanto uma forma de organização social e espacial específica da sociedade moderna acaba ficando reduzida. De fato, a metrópole deve ser entendida como um tipo de articulação regional e urbana integrada, em detrimento da noção comum de explosão da grande cidade (Ojima, 2007, 2011; Baeninger; Ojima, 2008).

De todo modo, segundo a definição proposta por DE AMBROSIS (2001), região metropolitana pressupõe uma realidade social e econômica; um centro dinâmico, que é a metrópole, polo de atração (e/ou dominação) de um grande espaço de produção e consumo; e se manifesta por meio da intensa urbanização que dá origem a múltiplas funções de interesse comum aos municípios limítrofes. Portanto, o processo de urbanização deriva da polarização, em uma região, em torno de uma cidade com elevadas dimensões territoriais, mas, sobretudo, populacionais, ao redor da qual se forma um núcleo metropolitano.

De acordo com relatório da ONU (2012), a América Latina e Caribe são considerados a região mais urbanizada do mundo, com praticamente 80% de sua população vivendo nas cidades. Após a segunda metade do século XX, a

⁴ De acordo com Ojima (2011), o uso dos dados de movimentos pendulares para entender a dinâmica urbana regional, no Brasil, ainda está aquém das potencialidades. Um dos exemplos da utilidade de tais informações é o caso dos Estados Unidos, país em que esses dados são utilizados na definição oficial das áreas metropolitanas, as quais são regularmente redefinidas, sendo uma de suas funções justamente permitir a comparabilidade estatística entre cada uma.

urbanização passa a dar saltos de aceleração, sobretudo em consequência da perda de trabalho no setor agropecuário, com a modernização técnica no meio rural, que levou à substituição do humano pela máquina; além da alta concentração na estrutura fundiária, que deixou grande parcela de trabalhadores rurais sem terras para a produção; e pela intensificação do processo de industrialização.

Naquele momento, os investimentos na agricultura, especialmente no setor cafeeiro, deixavam de ser rentáveis, somando-se às dificuldades de importação ocasionadas pelas duas grandes guerras mundiais, o que intensificou os investimentos no setor industrial. Desprovidos de meios de sobrevivência na zona rural, os migrantes se dirigem para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida, contexto em que mais da metade da população brasileira passa a residir nas cidades, transformando o país de população rural em urbana. Os processos de industrialização e de urbanização no país caminham intimamente ligados.

Voltadas para as vantagens econômicas, as unidades fabris eram instaladas preferencialmente em locais onde houvesse infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor. Os empreendimentos industriais condicionaram os espaços a certa homogeneização, com concentração de atividades que exigem maior qualificação em determinadas localidades, principalmente nos centros urbanos, enquanto os empregos não qualificados ficaram localizados preferencialmente em zonas periféricas, onde há um menor custo de vida e que oferecem eficácia na produção padronizada (Idem, ibidem).

A tendência inicial de concentração no processo de industrialização reforçou uma urbanização fortemente metropolitana, com o epicentro na Região Metropolitana de São Paulo e, em seguida, no Rio de Janeiro⁵. Na atualidade, mais da metade da população brasileira vive em 10 metrópoles.

Na década de 1970 inicia-se a reversão da polarização industrial, redundando no padrão “desconcentração concentrada” predominante na trajetória recente do país (últimos 30 anos)⁶. O arrefecimento da

⁵ Os movimentos migratórios ocorridos nas primeiras décadas após a segunda Guerra Mundial foram, em grande parte, direcionados para as metrópoles mencionadas.

⁶ Perspectivas do Investimento na Dinâmica Regional. Relatório Integrante da pesquisa “Perspectivas de Investimento no Brasil”, trabalho conjunto realizado pelos Institutos de

metropolização é sustentado pelo movimento de interiorização da atividade econômica, com a desconcentração industrial – de maneira parcial e com limitada amplitude geográfica - e expansão das fronteiras agropecuária e mineral. Na esteira desse fenômeno assenta-se a criação de novas centralidades urbanas.

A alta concentração de investimentos em certas localidades, onde estão localizadas as maiores indústrias, recursos e alternativas, acaba gerando controversos impactos nos mais diversos aspectos: do ponto de vista econômico, pode-se ressaltar os enormes desequilíbrios entre diferentes áreas de uma mesma região e, como consequência, na estrutura de emprego. Na perspectiva demográfica, evidencia-se a influência na dimensão das populações, afetando as estruturas espaciais e, conseqüentemente, sociais, com restrições e condicionantes tanto nas localidades densamente povoadas quanto nas de grandes concentrações populacionais.

Na questão política, é preciso reconhecer o atual, difícil e até mesmo conflituoso papel dos governos em relação à distribuição das populações no espaço interno das cidades, cada vez mais desigual e excludente, tendo em conta que em um país com imensas desigualdades regionais e intraregionais, como o Brasil, o poder público assume um papel ainda mais relevante quanto ao desenvolvimento do tecido social e econômico local.

O perfil da população que se desloca põe em evidência as relações espaciais entre o mercado de trabalho e o local de moradia na organização interna das metrópoles, ao mesmo tempo em que sinaliza os desequilíbrios sociais e a segregação socioespacial. Neste caso, uma situação predominante é caracterizada pelos segmentos populacionais de menor poder econômico, que são conduzidos a viver nas áreas periféricas da cidade, onde há terrenos mais acessíveis, mas com pouco provimento de infraestrutura urbana e serviços básicos, processos que afetam não apenas as metrópoles, como também uma variedade de outras cidades. A segregação socioespacial pode ser definida, então, como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna, com disparidades sociais entre si (Villaça, 1998).

Outra questão não menos importante diz respeito ao transporte público, que deve ser crescentemente adaptado às recentes mudanças econômicas e sociais, de modo a se adequar às necessidades da população. No caso em questão, conforme o disposto na Constituição Federal brasileira, a gestão do transporte público urbano é responsabilidade das prefeituras municipais, enquanto o transporte metropolitano de passageiros, que tem características urbanas e faz a ligação entre municípios vizinhos, torna-se responsabilidade dos estados.

Como argumenta Cunha (2006), a mobilidade pendular pode ser lida a partir de dois pontos de vista: como fenômeno decorrente do descompasso entre os locais de moradia e de trabalho/estudo e, portanto, fruto do processo de expansão da metrópole; mas igualmente como elemento que pode introduzir novas formas de carência e riscos para os indivíduos, traduzidos pelo aumento no tempo de deslocamento, diminuição das horas de descanso e lazer, riscos intrínsecos aos meios de transportes, entre outros.

Tal perspectiva demonstra que os próprios limites geográficos do mercado de trabalho expressam os limites da integração espacial na escala urbana, ou, “os limites geográficos da escala urbana (...) são determinados, em primeiro lugar, pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho” (Smith, 1988: 198). Por sua vez, fica clara a percepção de que os limites territoriais político institucionais não necessariamente expressam seus verdadeiros limites de ocorrência, como evidenciado por Branco, Firkowski e Moura (2005a; 2005b) ao defenderem a ideia de que as fronteiras político-administrativas escondem importantes fluxos que podem ser identificados à luz dos movimentos pendulares.

Por fim, a análise demográfica, sendo considerada de forma crítica, deve pensar a população em estudo enquanto produto de relações sociais e de produção, assim como a sua composição e volume são provenientes das transformações que se desenvolvem ao longo do processo histórico. Em consonância com a corrente noção de população, a categoria povo é vista como o agregado de todos os indivíduos, sendo o indivíduo a base do conceito moderno, o que o torna desprovido de suas roupagens sociais e históricas. Em tal premissa, a categoria população, concebida de maneira isolada das relações sociais, acaba não passando de mera abstração (Canales, 2001).

Ao seu turno, com vistas a atingir um “desenvolvimento territorial endógeno e sustentável” (Silva, 2008), que contemple as dimensões sociais, geográficas, ambientais, econômicas e políticas, é preciso considerar as capacidades da sociedade – atores civis, políticos e econômicos – no sentido de participar do próprio processo de desenvolvimento. Este deve estar voltado à mobilização dos fatores locais disponíveis e ao seu potencial endógeno, de modo a garantir a utilização racional dos recursos internos e a eventual atração de recursos externos.

O relatório da ONU-Habitat (2012) estampa a preocupação com a construção de centros urbanos socialmente mais inclusivos, sustentáveis e com espaços públicos, ou seja, espaços onde as políticas urbanas tenham como orientação o pensamento no humano⁷. É importante considerar, como alerta o relatório, que as cidades latino-americanas expressam dualidades, tanto do ponto de vista espacial quanto social, sendo “divididas” e “segregadas” (ONU-Habitat, 2012). Deve-se refletir que mais de dois terços da riqueza produzida na região é proveniente das cidades e a maior parte do valor agregado está concentrado em reduzidas e grandes áreas metropolitanas.

Por outro lado, e analisadas em seu conjunto, as cidades da região permanecem com os mais altos índices de desigualdade do planeta, em que pese os avanços econômicos e as iniciativas de combate à pobreza. O elevado coeficiente de desigualdade se manifesta de maneira flagrante quando observada a inserção da população nas cidades, assim como na forte presença de assentamentos informais. Apesar das políticas habitacionais de diversos tipos, algumas até com bastante êxito, o relatório explicita que, de maneira geral, as necessidades dos setores mais carentes não têm sido contempladas, como também não se tem conseguido assegurar a plena integração de bairros precários às grandes cidades.

Com forte ênfase em questões como segurança e ampliação do número de habitações populares, várias deficiências originárias acabam ficando relegadas. Alguns exemplos citados nos estudos da ONU são os escassos espaços públicos e de baixa qualidade nos bairros periféricos, cuja oferta, comparativamente às cidades, é bastante desigual; a falta de instituições

⁷ Informe “*Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012*”. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat.

sociais e estruturas produtivas; assim como a tendência a ignorar importantes questões, como a conectividade interurbana e a integração com o tecido urbano em geral (Idem, ibidem).

Em semelhante vertente de pensamento, ao seguir fielmente a orientação de crescimento econômico, as diretrizes políticas e econômicas refletem a intrínseca articulação com a lógica capitalista, deslocando a condição humana para a categoria mercadológica. Vale lembrar que crescimento é conceituado, segundo os economistas de orientação crítica, como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Nessa perspectiva, desenvolvimento envolve um amplo leque de transformações de ordem econômica, política, social, cultural e humana. O crescimento econômico deve atuar de forma a promover o desenvolvimento, com a geração de mudanças estruturais, levando-se em conta os incrementos positivos no produto, na renda e na melhoria geral dos indicadores de qualidade de vida da população, ou seja, deve manter íntima relação com a distribuição social dos frutos desse crescimento, e não apenas com o aumento do PIB regional e nacional⁸ (Mazzocante, 2012).

Segundo exposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o conceito de Desenvolvimento Humano, que é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico, devendo-se considerar outras dimensões que influenciam a qualidade de vida, quais sejam, as sociais, culturais e políticas. Em tal perspectiva, três esferas básicas devem ser observadas: renda, saúde e educação. O IDH é uma medida resumida para avaliar o avanço em longo prazo em esferas do desenvolvimento humano, atualmente caracterizadas como uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão decente de vida.

⁸ A partir das décadas de 1970 e 1980, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL passa a incorporar a análise sociológica na temática sobre desenvolvimento, enfatizando a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento.

As análises sobre desenvolvimento pautadas no grau de industrialização e as práticas sociais e institucionais que seguem critérios estritamente financeiros, de forma a manter a antiga ideia de progresso como realização material, tendem a ignorar as problemáticas humanas, bem como as noções de comunidade. É preciso considerar que a própria produção deve ser interpretada não somente como a produção de bens materiais, mas que esta mantém relação com o local de produção de pessoas e das relações sociais. Dito de outra maneira, produtos não são apenas resultados, eles são, concomitantemente, condições do processo de trabalho, o que inclui as relações entre pessoas e os seus locais de produção e de vida.

Os movimentos populacionais internos tornam-se, portanto, indicadores diretos ou indiretos das ações de políticas econômicas e/ou possibilidades de emprego. Diante da intensidade dos deslocamentos da população, que definem e redefinem espaços, a relevância da movimentação pendular reside fortemente nas suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e, em particular, nos impactos promovidos em cada localidade. Uma importante questão são as diferenciações quanto ao acesso às funções metropolitanas, cuja expressão maior repousa na segregação socioespacial.

Resta claro que os movimentos populacionais, particularmente os relacionados à produção da existência material, estão intrinsecamente vinculados à organização da economia e da divisão social do trabalho e do capital em sua dinâmica social, produtiva e reprodutiva.

2. Movimentação pendular da população no Brasil e em Goiás

2.1 Movimentos pendulares nas regiões brasileiras

Diversos estudos têm sido direcionados à análise dos movimentos pendulares nas principais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas brasileiras, e alguns deles até mesmo identificam que certos municípios pouco representam em termos de movimentos pendulares para a dinâmica da região analisada (Ojima, 2011).

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE mostram que, em 1950, a população urbana brasileira era de 18,783 milhões de habitantes, sendo a taxa de urbanização de 36,1% e, em 1970, de 55,9%. Diante do crescente e acelerado processo de urbanização, em 2000 os registros sinalizaram a presença de 137,756 milhões de habitantes urbanos, demonstrando que, em cinquenta anos - entre 1950 e 2000 - a população urbana aumentou 633,4% e a taxa de urbanização elevou-se para 81,2%. O intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população contribuíram fortemente para que a população urbana aumentasse quase três vezes mais do que a população total. Segundo os dados recentes do IBGE, em 2010 esse contingente chegou a 84%, ou seja, com uma população de 194 milhões de pessoas no país, cerca de 161 milhões viviam em áreas urbanas quando da pesquisa: 77,3 milhões de homens e 83,7 milhões de mulheres.

Entre as grandes regiões, o Nordeste é a que detém a menor taxa de urbanização, com 72,8% de sua população morando em áreas urbanas; em seguida está a região Norte, com 77,9%. Em terceiro lugar o Sul, com 83,2%; seguido pelo Centro-Oeste, com 87,9%; e, por fim, o Sudeste, região com o maior índice de urbanização, concentrando 92,2% da sua população nas cidades (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil: índice de urbanização por região (%)

Região	1950	1970	2000	2010
Sudeste	45	72,7	91	92,2
Centro-Oeste	24	48	87	87,9
Sul	30	44,3	81	83,2
Norte	32	45,1	70	77,9
Nordeste	26	41,8	69	72,8
Brasil	36	55,9	81	84

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo do IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

O curto espaço de tempo para o rápido crescimento urbano certamente não poderia se processar sem o surgimento de fortes sintomas. A urbanização desordenada é responsável por uma série de problemas sociais e ambientais, com destaque para a questão do mercado de trabalho, a criminalidade, a favelização da população, as dificuldades de transporte, além de várias outras categorias de problemas, tais como a poluição do ar e da água. Segundo consta no Relatório do Programa Habitat (2012), da ONU, 52,3 milhões de brasileiros (em torno de 28% da população) vivem nas 16.433 favelas cadastradas no país, quantidade que deve atingir 55 milhões de pessoas em 2020.

Como o Brasil possui dentre as suas características a de ser um país de contrastes, no aspecto da urbanização certamente ocorre algo semelhante, uma vez que ela segue um mapa desigual no território nacional. A região Sudeste, além de concentrar o maior índice de urbanização, segundo o Censo 2010, possui 5 entre as 15 cidades com mais de 1 milhão de habitantes (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Guarulhos e Campinas), bem como 12 entre as 23 localidades com população entre 500 mil e 1 milhão de pessoas.

Em todo o país, a maior concentração de população encontra-se no estado de São Paulo. O peso relativo dos habitantes no estado corresponde a 21,4% do total da população brasileira. Se as metrópoles igualmente são áreas de concentração populacional, vale destacar que, em 2010, a região metropolitana de São Paulo também contava com o maior volume de habitantes: 19,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 47,8% da população do estado. Ainda mais notório é o caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, cujo peso relativo da população em relação ao estado é o maior do país: 73,3% (IBGE, 2012).

O deslocamento para o trabalho em outro município reflete a intensidade do processo de urbanização, em que a maior incidência igualmente ocorre no Sudeste brasileiro, uma vez que é a localidade que concentra a maior quantidade de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas. A partir dos dados censitários, a análise dos movimentos pendulares tornou possível configurar essa rede urbana, identificando distintas expressões do processo de expansão das cidades e destacando certas características das pessoas que residem e trabalham em municípios distintos.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, 7,4 milhões de pessoas se dirigiam a outro município brasileiro ou a outro país para trabalhar e/ou estudar, correspondendo a 6,7% da população que estudava e/ou trabalhava naquele momento no país. Ao se considerar as regiões metropolitanas, esse percentual sobe para 10,6%, pois, de modo geral, os fluxos associados a esse tipo de deslocamento se concentram nas principais aglomerações urbanas⁹.

Já os dados recentes divulgados pelo IBGE (2012), correspondentes ao último Censo Demográfico (2010), demonstram que 10,1 milhões de trabalhadores no Brasil (11,8% da população total) se deslocavam para municípios diferentes daqueles em que moravam, ou seja, o local de trabalho não correspondia ao local de moradia. Por sua vez, do total de 59,6 milhões de pessoas que frequentavam escola ou creche, quando da pesquisa, 4,4 milhões se dirigiam para outro município brasileiro com o objetivo de estudar.

Quanto à totalidade de fluxos pendulares por motivo de trabalho no país, 41,6% tiveram como origem municípios situados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Apenas no estado de São Paulo esse índice correspondeu a 29,6% de trabalhadores que se deslocavam para outros municípios (3 milhões de pessoas ocupadas); já o Rio de Janeiro respondeu por 12% do total no país, o que significa 1,2 milhão de pessoas exercendo suas atividades fora do município de residência. No estado de Minas Gerais, por sua vez, cerca de 10% da população ocupada (996 mil pessoas) trabalhava em

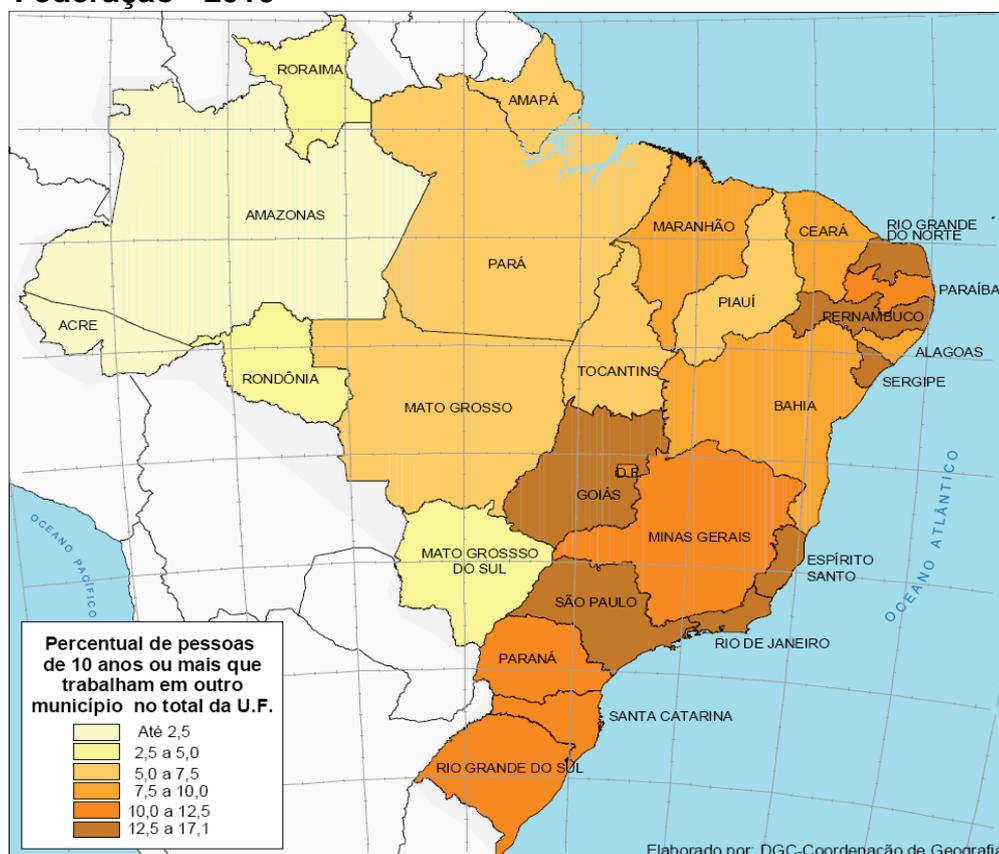
⁹ Segundo esclarecimentos do IBGE (2010), duas questões de ordem geográfica devem ser levadas em consideração na análise dos deslocamentos populacionais: a primeira refere-se à malha municipal, que se apresenta bastante fragmentada em algumas unidades da Federação, o que dificulta uma análise comparativa com o Censo Demográfico 2000 acerca do deslocamento para o trabalho ou estudo em outros municípios, já que em alguns casos a distância a ser percorrida é bastante variável, tornando ainda mais difícil a análise dos resultados; a segunda questão diz respeito à própria territorialidade da rede de transportes, que facilita ou dificulta tais deslocamentos.

outro município que não o de residência. Em toda a região Sudeste, 5,5 milhões de pessoas realizavam movimento pendular para trabalho, o que corresponde a mais de 14% de toda a população ocupada.

Na Região Sul, verificou-se aproximadamente 11% dos trabalhadores se deslocando diariamente para outro município (1.6 milhão de pessoas), com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, com 6,4% no total do país, ou 652 mil pessoas com deslocamento intermunicipal para trabalho; em segundo lugar está o Paraná, onde 594 mil (5,8% no total do país) realizavam esse tipo de deslocamento no momento da pesquisa do Censo Demográfico (2010).

Os estados de Pernambuco e Bahia, na Região Nordeste, tiveram os maiores contingentes populacionais realizando deslocamento diário para trabalho, com 557 e 443 mil pessoas, respectivamente. Verificou-se, em toda a região, a movimentação de 10% da população ocupada (2.1 milhões de pessoas) com deslocamento para exercer sua atividade em outro município.

Cartograma 1 – Proporção de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, com trabalho em outro município por unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

No Norte do país, a movimentação de trabalhadores esteve bem abaixo das demais regiões brasileiras, com o estado do Pará concentrando o maior número, 196 mil pessoas (1,9% do total no país) trabalhando em municípios diferentes dos de residência. No cartograma 1 ficou demonstrado o percentual de trabalhadores, por unidade da Federação, que em 2010 realizava deslocamento diário para outros municípios.

A região Centro-Oeste, uma área de moderna produção agroindustrial, sinalizou mais de 10% da população ocupada (6,5 milhões), correspondente a 720 mil pessoas trabalhando em municípios que não o de residência, cujo grande destaque foi o estado de Goiás, com quase 15% da população ocupada se deslocando cotidianamente de sua localidade de residência (Ver item 2.3).

Quanto ao deslocamento intermunicipal para estudo, verificou-se alguns padrões básicos entre as diversas unidades da Federação, mas, ainda assim, com destaque para o estado de São Paulo, localidade de onde origina 57% do total da região, ou 1,1 milhão de pessoas estudando em municípios diferentes daqueles em que residem. Em toda a região Sudeste, esse percentual foi de 2,0 milhões de estudantes, o que corresponde a 8,5% do total no país. Vale acrescentar o também elevado número de deslocamentos de estudantes nos estados de Minas Gerais, com 432 mil pessoas, e do Rio de Janeiro, com 334 mil pessoas.

Na Região Sul, 709 mil pessoas estudavam em municípios diferentes do local de moradia, estando a maior quantidade concentrada no Rio Grande do Sul, com 284 mil indivíduos. No entanto, ao verificar a proporcionalidade, chama a atenção o estado de Santa Catarina, onde a mobilidade pendular atinge 10% da população estudantil (1,8 milhões de pessoas), ou seja, 184 mil indivíduos realizando deslocamento diário para estudar em outro município.

Os estados da Bahia e de Pernambuco, na região Nordeste, são os que possuíam os mais elevados índices de deslocamento quando da realização do Censo Demográfico. Na Bahia, 236 mil pessoas se dirigiam a outros municípios para estudar e, em Pernambuco, os números apontaram o quantitativo de 224 mil indivíduos em deslocamento. Em toda a região Nordeste do país, 1,1 milhão de pessoas estuda em municípios diferentes de onde reside.

Em função das características geográficas (densidade de ocupação do território e longas distâncias), na região Norte o deslocamento para estudo fora

do município de residência não foi tão elevado. O Pará é o estado da região com o maior número de pessoas estudando em outro município, totalizando 110 mil. Já na região Centro-Oeste o destaque novamente ficou com o estado de Goiás, de onde saíam diariamente o total de 117 mil pessoas para estudar em outro município (2010).

2.2 Goiás: concentração urbana e industrial

A região Centro-Oeste é a segunda em termos de concentração urbana no país, onde 87,9% dos habitantes vivem em cidades. A urbanização dessa região é bastante recente, tendo sido impulsionada pela fundação de Brasília, em 1960, e pelas rodovias de integração nacional que interligaram a nova capital com o Sudeste, de um lado, e com a região Amazônica, de outro. Além disso, o desenvolvimento do setor do agronegócio impulsionou a urbanização do Centro-Oeste, cujas cidades apresentam atividades econômicas essencialmente de caráter agroindustrial.

As migrações se constituíram em elemento importante para a ocupação da região, promovidas por projetos de colonização, principalmente no período de 1930-45, tendo se intensificado nas décadas de 1950/1960, com a atração promovida pela nova capital federal. Configurada até então pela baixa densidade de ocupação e grande disponibilidade de terras, no início da década de 1970 o Centro-Oeste brasileiro (região dos cerrados) e a região amazônica passaram a ser a nova fronteira agropecuária brasileira, com a migração de contingentes de camponeses expropriados de outras regiões e o investimento de capitais produtivos e especulativos.

Ao final da década de 1960 o fluxo migratório tornou-se menos intenso, marcado pelo ingresso de novos imigrantes, com capital e experiência na atividade agrícola, e pelo deslocamento da população rural. A infraestrutura implantada nesse período e a expansão populacional estimularam diversas transformações na estrutura produtiva, conduzindo a região Centro-Oeste à modernização agropecuária dos anos de 1970 e 1980, desdobrada em um relevante complexo agroindustrial (IPEA, 2002, p. 170).

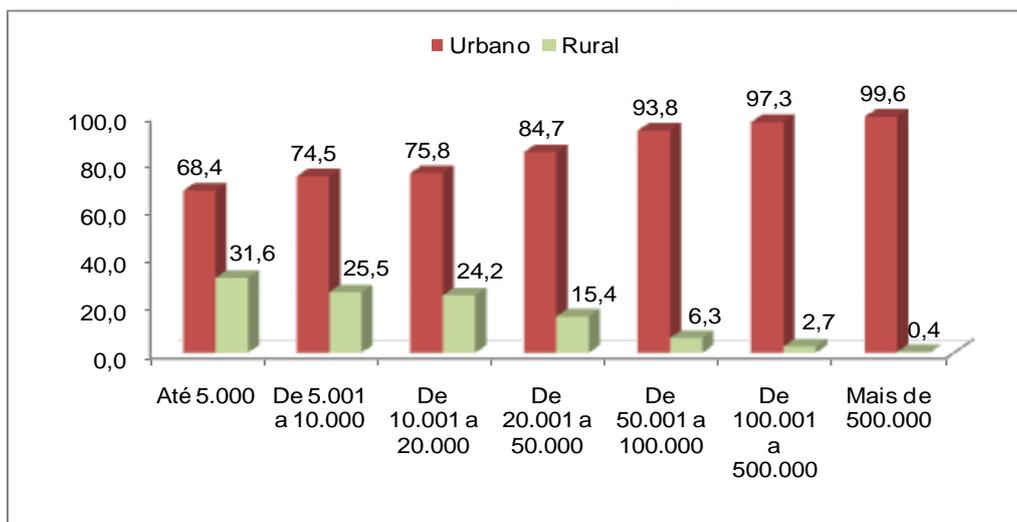
Além do êxodo rural interno e crescimento vegetativo, o modelo agrícola predominante – agronegócio –, assim como a forma em que se deu a ocupação da região, com incentivo às grandes propriedades e à produção capitalista, impulsionaram a um acréscimo de 9.678.012 habitantes (2.436%) na população urbana regional entre 1950 e 2000 (Girardi, 2008). É interessante observar que, embora as regiões Norte e Centro-Oeste tenham presenciado a chegada de um grande contingente populacional que se destinou à fronteira agropecuária, “ao contrário do que se poderia esperar de uma fronteira agropecuária, as áreas já estabelecidas dessa região apresentam importante grau de urbanização da população” (Idem, ibdem).

Em Goiás, os processos de mudanças também influenciaram fortemente os meios rural e urbano. Nos anos de 1980, a consolidação do estado como grande produtor agropecuário aliado às políticas públicas de incentivos fiscais contribuiu para a instalação de grandes conglomerados industriais, o que provocou fortes transformações na estrutura produtiva (Pires, 2009). No início dessa década verifica-se a continuidade do movimento migratório da população do meio rural para os centros urbanos, o que ocorre em função da expansão da pecuária e substituição das culturas tradicionais por extensas áreas agrícolas mecanizadas, principalmente a soja.

O modelo de urbanização, então em voga, incentivou o crescimento das cidades, criando oportunidades de empregos que atraíram os moradores do campo, contexto em que parte do contingente de pessoas que se deslocava não encontrava acesso a moradias adequadas nas cidades (IBGE, 2011). Nesse panorama, uma estratégia de sobrevivência foi a ocupação de lugares preteridos pela urbanização formal, gestando aglomerações populacionais nos centros urbanos. O gráfico a seguir demonstra a proporção entre a população residente nos meios urbano e rural segundo o quantitativo populacional nos municípios.

Na década de 1970 a cidade de Goiânia teve um grande crescimento populacional, chegando ao ano de 1980 com 700 mil habitantes, sendo que, desse total, apenas 2% da população vivia em área rural. O aumento demográfico provocou o surgimento de um grande número de loteamentos nas cidades vizinhas, como Aparecida de Goiânia, cuja oferta de lotes é voltada especialmente para as classes de renda mais baixa.

Gráfico 1 – Goiás: População residente, por situação do domicílio segundo as classes de tamanho da população nos municípios - 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Goiânia consolida-se, nos anos de 1990, como núcleo metropolitano regional, com a presença marcante do capitalismo mercantil fundiário. Apesar do estatuto de cidade planejada, o crescimento do tecido urbano se deu de maneira rápida e irregular nas décadas de 1980 e 1990, momento em que a periferia cresce mais do que o núcleo. Como afirmam Bernardes e Campos (1991 apud Rodrigues, 2006), no período de 1980 a dinâmica urbana de Goiânia se caracterizou pela periferização e, na década de 1990, pela expansão dessa periferia, com o surgimento de espaços físicos territorialmente segregados.

Entre o final dos anos 1990 e início do século 21 a cidade torna-se alvo de grande quantidade de loteamentos irregulares e invasões, o que também é fruto de um fluxo migratório vindo de estados próximos, como Tocantins, Maranhão, Pará, Minas Gerais e Bahia. A população de baixa renda rumou para loteamentos irregulares, invasões ou cidades como Aparecida de Goiânia e Senador Canedo que, não obstante a franca expansão territorial e populacional, ainda são municípios dotados de precária infraestrutura urbana.

Na tabela 2 estão representados alguns municípios caracterizados como polos e com poder de influência na sua área geográfica. Quatro municípios goianos são bastante representativos: Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Catalão, sendo que a região metropolitana de Goiânia engloba ainda outros dois municípios com também elevada representatividade, Aparecida de Goiânia e

Senador Canedo. Além desses, pode-se citar outros com menor força econômica: Jataí, mas que pode ser considerado anexo ao polo de Rio Verde; Luziânia, que pertence à área de influência do Distrito Federal; e Itumbiara, que concentra alguma complexidade econômica.

Tabela 2 – Goiás: Maiores economias municipais (2009)

Município	Valor do PIB (R\$ Mil)
Goiânia	21.386.530
Anápolis	8.109.760
Aparecida de Goiânia	4.601.373
Rio Verde	4.260.318
Catalão	3.663.231
Senador Canedo	2.658.435
Itumbiara	2.151.447
Luziânia	2.040.828
Jataí	1.930.988
São Simão	1.256.673
Total	52.059.583
Participação no Estado (%)	61
Estado de Goiás	85.615.344

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Nos municípios que formam a grande Goiânia, uma variedade de problemas afeta as populações: questões quanto ao uso do solo, transporte urbano, geração de emprego e renda, educação, saúde, habitação e segurança pública. Tais problemas ficaram ainda mais evidentes no final dos anos 1990, quando Goiânia atinge a marca de um milhão de habitantes. Em 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE, a população de Goiânia chegou a 1.093 habitantes, saltando para 1.302 hab. em 2010 (IBGE, 2012).

Com vistas à desconcentração regional, a indústria goiana buscou expandir a sua participação para municípios não metropolitanos. A implantação de bases industriais em diversas regiões do interior do estado, ao lado do fortalecimento da atividade agrícola, induziram um processo de substantivas transformações na configuração econômica e social de Goiás. As políticas de incentivos fiscais, implementadas a partir dos nos anos 1980, contribuíram enormemente para essa mudança locacional.

A atração de empreendimentos industriais e a expansão do setor de serviços foram valiosos no sentido de ampliar a espacialização da geração de

renda em Goiás. Segundo pesquisadores da SEGPLAN (2011), “As principais atividades produtivas, inicialmente com maior concentração nas áreas de adensamento populacional, com o passar dos anos se expandiram para municípios não metropolitanos, principalmente cidades medianas com potencial aglomerativo”. Em grande medida, essa foi uma estratégia adotada pelas empresas, de se instalarem próximas às fontes de matéria-prima, ou de procurarem por cidades medianas com potencial para desenvolver serviços relacionados ao empreendimento industrial.

Ao observar os dados sobre a desconcentração industrial em Goiás, com o intuito de verificar o deslocamento dos empreendimentos da indústria para as cidades do interior, verifica-se que, em 1989, 49% das indústrias de transformação e extrativa mineral estavam localizadas na capital do estado e 51% no interior; em 1997 esse índice modifica-se para 44,6% na capital, com elevação do número de indústrias para 55,4% nas cidades do interior (RAIS, dados para o período 1989/1997).

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, para o período 1989/1997, igualmente confirmam uma queda de 5,1% do emprego nas indústrias de transformação e extrativa mineral localizadas na capital, Goiânia, e principal polo urbano estadual, e igual aumento nos municípios, passando de 59% para 63,1% nessas localidades. Certamente esse pode ser um indicativo de que o deslocamento para trabalho não necessariamente ocorre tendo como origem as cidades do interior do estado para a capital, podendo ocorrer entre os próprios municípios, desde que eles estejam munidos de elementos de atratividade.

Apesar da espacialização dos empreendimentos industriais, cabe salientar, como exposto por Arriel (2010), que as 16 principais atividades industriais representam 98,11% do faturamento total do setor industrial em Goiás, sendo que 68,52% desse faturamento está concentrado em 26 dos 246 municípios goianos¹⁰. Ademais, essas 26 localidades centralizam 78,46% do faturamento de todo o setor industrial, o que evidencia, portanto, uma ainda expressiva concentração espacial.

¹⁰ As 26 cidades são: Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade, Hidrolândia, Rio Verde, Luziânia, Itumbiara, Jataí, Catalão, Niquelândia, Alto Horizonte, Crixás, Alexânia, Turvelândia, Inhumas, Anicuns, Itapaci, Carmo do Rio Verde, Cezarina, Jaraguá, Senador Canedo, São Luis de Montes Belos, Porangatu, Catalão e Ouidor.

Para que se possa compreender a complexidade econômica e social em Goiás, as novas configurações produtivas e socioespaciais requerem um conhecimento mais minucioso e integrado da diversidade regional e dos fatores locais tendentes à concentração espacial. O crescimento das regiões do estado constitui um importante elemento para o planejamento municipal, cujos reflexos estão claramente evidenciados na movimentação intermunicipal da população em busca da satisfação de suas necessidades e formas de vida.

2.3 Movimentos pendulares da população em Goiás

Por mobilidade deve-se entender não somente os deslocamentos de um lugar a outro, ou seja, geográficos, físicos ou territoriais; falar em mobilidade ou movimento implica, por extensão, falar de contextos abrangendo os diferentes espaços: núcleos de origem, de circulação e de chegada. Dessa forma, é preciso considerar as respectivas situações que conduzem/induzem essa mobilidade, bem como as novas realidades por ela geradas.

Nas últimas décadas, o deslocamento para trabalho e/ou estudo fora do município de moradia tem se mostrado significativo em Goiás. No ano 2000, o estado detinha 165.829 habitantes que se deslocavam até outro município a fim de trabalhar ou estudar, já o Censo Demográfico do IBGE 2010 revela que 543.924 pessoas se deslocam diariamente de seus municípios de moradia a fim de exercerem suas atividades, quantitativo que demonstra o enorme crescimento da pendularidade nas cidades goianas.

Do total de pessoas que realiza movimento pendular, aproximadamente 77% se desloca para outra localidade por motivo de trabalho (404 mil pessoas, o equivalente a 4,4% no total do país) e o restante para estudar (117 mil indivíduos). As pessoas que realizam ambas as atividades (estudo e trabalho) em municípios diferentes de onde moram correspondem a 23 mil, ou 4,2% do total do estado, como demonstrado na tabela 3.

Com um contingente populacional equivalente a 6.003,788 milhões de pessoas em Goiás, 9,5% realizava deslocamento diário para outros municípios em função de trabalho e/ou em busca de qualificação educacional/profissional,

no ano de 2010, o que corresponde a 544 mil pessoas, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 - Goiás 2010: Número de pessoas que realiza movimento pendular por finalidade

Finalidade	número de pessoas	%
Estuda em município diferente	117.199	21,55
Trabalha em município diferente	403.788	74,24
Estuda e trabalha em município diferente	22.937	4,22
Total	543.924	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Apenas o deslocamento diário em função de estudo mobiliza 117 mil pessoas, o equivalente a quase 22% do total da movimentação pendular no estado. Os estudantes se dirigem preferencialmente rumo a Goiânia (34%), totalizando 48 mil pessoas; em seguida para Brasília, que representa 21% de toda a movimentação por motivo de qualificação educacional ou profissional.

Merece ser mencionado, ainda, o município de Anápolis, localizado a 53 quilômetros de Goiânia e a pouco mais de 130 quilômetros da capital federal, que, com uma população de apenas 334.613 mil habitantes (IBGE 2010), recebe 6.8 mil estudantes todos os dias, o equivalente a 4,9% do total, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Goiás 2010: Característica da população pendular – município de destino para frequentar a escola

Município	Número de pessoas	%
Goiânia	48.070	34,3%
Brasília	30.154	21,5%
Anápolis	6.805	4,9%
Aparecida de Goiânia	3.606	2,6%
Rio Verde	3.342	2,4%
São Luis de Montes Belos	3.074	2,2%
Ceres	2.278	1,6%
Trindade	1.928	1,4%
Catalão	1.863	1,3%
Barra do Garças	1.727	1,2%
Valparaíso de Goiás	1.566	1,1%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Entre a população ocupada em Goiás, que corresponde a 2.959 milhões de indivíduos, quase 15% se desloca cotidianamente de seu local de residência para trabalhar em outra localidade (Tabela 5).

Tabela 5 - Goiás 2010: Característica da população pendular – município de destino para trabalhar

Município	Número de pessoas	%
Brasília - DF	177.864	41,7%
Goiânia	155.013	36,3%
Aparecida de Goiânia	12.484	2,9%
Anápolis	4.292	1,0%
Valparaíso de Goiás	3.346	0,8%
Barra do Garças - MT	3.207	0,8%
Catalão	2.002	0,5%
Trindade	1.997	0,5%
Rio Verde	1.902	0,4%
Barro Alto	1.775	0,4%
Senador Canedo	1.770	0,4%
Goiatuba	1.680	0,4%
Rio Quente	1.654	0,4%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Como é possível perceber, as localidades preferenciais são Brasília, no Distrito Federal, com 178 mil pessoas (41,7%), e Goiânia, com 155 mil indivíduos entrando e saindo cotidianamente, cidade que engloba 36% da pendularidade por motivo de trabalho.

A grande maioria da população que se desloca, seja por motivo de estudo e/ou trabalho, vive na zona urbana, o que corresponde a 510 mil pessoas. Segundo dados do IBGE (2010), em termos comparativos, somente entre 2001 e 2010 a força de trabalho no meio rural teve um aumento de 31.000 pessoas, enquanto os centros urbanos tiveram que enfrentar um aumento de 586.000 novos trabalhadores disponíveis, o que evidencia o elevado nível de aglomeração humana e, por conseguinte, da mobilidade de pessoas no meio urbano (Tabela 6).

Tabela 6 - Goiás 2010: Característica da movimentação pendular da população por situação de domicílio

Situação do domicílio	Número de pessoas	%
Urbana	510.407	93,84
Rural	33.516	6,16
Total	543.924	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Atualmente, somente o meio urbano é responsável por quase 94% da movimentação intermunicipal em Goiás, sendo apenas 6% dos movimentos pendulares realizados pela população rural, como pôde ser verificado na tabela 6.

Quanto à movimentação pendular por categoria de sexo, esta tem sido uma característica com maior concentração entre os homens, muito embora esta tendência tenha diminuído significativamente quando comparada aos dados de 1980, período em que estes representavam aproximadamente 75% das pessoas com mais de 10 anos de idade que faziam movimentos pendulares. Em 2000 essa proporção diminuiu para cerca de 60% e, em 2010, para quase 59%, ficando 41% dos movimentos por conta das mulheres (Tabela 7).

Tabela 7 - Goiás 2010: Característica da movimentação pendular da população por sexo

Sexo	número de pessoas	%
Masculino	319.512	58,74
Feminino	224.411	41,26
Total	543.924	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Vale lembrar, seguindo as análises de Ricardo Antunes (2006), que o mundo do trabalho vem passando por metamorfoses provocadas pelo avanço capitalista, cujas novas características acentuam a expansão dos serviços, a incorporação do trabalho feminino no mundo operário, a exclusão da camada mais jovem e dos mais velhos, dentre outras. Segundo Antunes, tais tendências configuram um "processo de maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora", ou seja, evidencia-se outra morfologia nas categorias trabalhistas, o que pode ser comprovado pelo aumento dos movimentos pendulares envolvendo o sexo feminino em Goiás.

Em seu conjunto, os deslocamentos são realizados, predominantemente, pelo grupo etário entre 18 e 64 anos (População Economicamente Ativa – PEA), os quais respondem por quase 80% da pendularidade total, com abrangência de aproximadamente 477 mil pessoas. É interessante observar, em termos de estrutura etária, os diversos grupos compostos por indivíduos em idade ativa (18 a 24, 25 a 34 e 35 a 64 anos), em que mais de 20% realiza as suas atividades de trabalho e/ou estudo em

localidades diferentes de onde reside. Somente entre o grupo de 35 a 64 anos, esse índice chegou a quase 40% da população pendular, demonstrando um forte nível de movimentação entre pessoas com mais idade (Tabela 8).

Tabela 8 - Goiás 2010: Característica da população pendular por faixa etária

Faixa etária	número de pessoas	%
ate 6 anos	7.895	1,45
7 a 14 anos	30.042	5,52
15 a 17 anos	24.343	4,48
18 a 24 anos	115.365	21,21
25 a 34 anos	156.770	28,82
35 a 64 anos	203.886	37,48
acima de 64 anos	5.623	1,03
Total	543.924	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Por sua vez, entre os indivíduos na faixa de 7 a 17 anos, o quantitativo ficou em 10% do total, o que não necessariamente está relacionado ao mundo do trabalho, podendo sinalizar a movimentação em função de qualificação educacional ou profissional, o que também deve incluir parcela dos jovens entre 18 e 24 anos.

Ao seguir os indicadores sobre graus de instrução, os elevados níveis de participação das pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade nos movimentos pendulares em Goiás são bastante significativos: em 2010, a maior quantidade de pessoas que se deslocava para exercer suas atividades em outro município não possuía qualquer grau de instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto (37,5%), o que totalizou 219,338 mil indivíduos. Em seguida viriam os que possuem ensino médio completo e curso superior incompleto (34,6%), totalizando 199,078 mil pessoas. Ao observar os indivíduos sem instrução, com curso fundamental completo e incompleto até os que possuem ensino médio incompleto, os números revelam um universo de mais de 55% das pessoas, ou seja, a maior parte da movimentação populacional em Goiás é realizada por indivíduos com pouca formação educacional formal (Tabela 9).

Tabela 9 - Goiás 2010: Características da população pendular por nível de instrução Formal

Nível de instrução	Estimativa do número de pessoas	%
Sem instrução e fundamental incompleto	201.280	37,01
Fundamental completo e médio incompleto	101.030	18,57
Médio completo e superior incompleto	187.992	34,56
Superior completo	48.439	8,91
Não determinado	5.183	-
Total	543.924	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

É importante ressaltar que a mobilidade espacial também compõe o cotidiano de pessoas que possuem um nível de escolaridade considerável, que têm uma faixa de renda mais elevada e que preferem residir em áreas mais distantes, ou em outro município, em busca de maior qualidade ambiental, habitacional, segurança, entre outras questões (Ojima, Silva e Pereira, 2008). No caso de Goiás, a quantidade de pessoas com curso superior completo que realiza movimento pendular totaliza basicamente 9% do universo geral, o que é mínimo se comparado às que possuem níveis de instrução inferior. Nesse ponto, não se deve desprezar o crescimento da ocupação de áreas periféricas por pessoas com altos rendimentos em busca de níveis de vida mais elevados, a exemplo da expansão dos condomínios horizontais.

Finalmente, os dados revelam que um elevado contingente de pessoas tende a morar em localidades mais distantes dos grandes centros urbanos por serem mais acessíveis do ponto de vista econômico, mais viáveis em relação ao processo de uso e ocupação do solo e facilitados pelas políticas públicas direcionadas à habitação popular. As constatações demonstram que a ocupação do espaço urbano mantém íntima relação com o valor da terra, talvez o principal componente a ser considerado e, portanto, determinante para a sua apropriação.

Ao analisar a variável categoria de ocupação no emprego, fica bastante elucidada a relação entre trabalhadores assalariados (90%) e movimento pendular, considerando tanto as pessoas que possuem carteira assinada quanto as que exercem sua atividade laboral sem assinar a carteira de trabalho. Em Goiás, a grande maioria dos deslocamentos cotidianos tem sido realizada por categorias de trabalhadores assalariados e que possuem carteira

assinada (61,6%) e, por conseguinte, certa estabilidade nas condições trabalhistas. Apenas 1% dessa movimentação é realizada pelos empregadores (Tabela 10).

Tabela 10 - Goiás 2010: Características da população pendular por ocupação e categoria do emprego

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Estimativa do número de pessoas	%
Empregados com carteira de trabalho assinada	287.035	61,57
Militares e funcionários públicos estatutários	33.430	7,17
Empregados sem carteira de trabalho assinada	88.926	19,08
Conta própria	46.382	9,95
Empregadores	5.188	1,11
Não remunerados	2.734	0,59
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2.490	0,53
Total	466.186	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Além da relação com o grau de instrução formal e a categoria de ocupação no emprego, os dados possibilitaram verificar que grande parte dos movimentos intermunicipais, que é realizado por grupos de indivíduos com baixos níveis de qualificação profissional, compõe o setor de serviços, com mais de 10% destes exercendo trabalhos domésticos em outro município. A tabela a seguir demonstra a porcentagem de pessoas que se desloca, segundo a atividade econômica exercida (em função do grande número de atividades, foram consideradas apenas aquelas que concentram 1% ou mais de pessoas).

Tabela 11 - Goiás 2010: Características da população pendular por atividade econômica

Atividade Econômica	Estimativa do número de pessoas	%
Serviços domésticos	49.874	11%
Atividades mal definidas	33.455	7%
Atividades de construção não especificadas	28.949	6%
Serviços especializados para construção	21.046	5%
Atividades de comércio não especificadas	13.534	3%
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	12.846	3%
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	9.632	2%
Transporte rodoviário de passageiros	9.586	2%
Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	8.280	2%
Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação	7.733	2%
Atividades de atendimento hospitalar	7.488	2%
Manutenção e reparação de veículos automotores	7.465	2%
Administração pública - esfera não especificada	6.919	1%
Pré-escola e ensino fundamental	6.724	1%
Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - estadual	6.350	1%
Lavoura não especificada	6.232	1%
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	5.719	1%
Administração pública e regulação da política econômica e social - municipal	5.690	1%
Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem	5.609	1%
Fabricação e refino do açúcar	5.009	1%
Serviços financeiros	4.555	1%
Criação de bovinos	4.480	1%
Atividades de educação não especificadas	4.456	1%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Como se pode perceber, o setor de serviços é o que mais mobiliza a população trabalhadora para outras localidades, cujas principais atividades são os serviços domésticos e de construção, mas com ainda boa parcela da população inserida em atividades como comércio em geral, o que fortalece a relação entre movimento pendular e situação socioeconômica. Segundo constata Arriel (2011), são claros os indícios de que a oferta de serviços está fortemente correlacionada à massa populacional, o que igualmente acaba atraindo pessoas de outras localidades.

Finalmente, ao analisar os indicadores que demonstram os níveis de rendimento, os dados corroboram com abordagens que tradicionalmente consideram o movimento pendular uma característica peculiar às pessoas de baixa renda. Na presente análise, isso se justifica levando-se em consideração que mais de 60% dos movimentos pendulares em Goiás são realizados por pessoas cujo rendimento mensal domiciliar (*per capita*) não ultrapassa R\$ 680,00. Por sua vez, praticamente 72% da população que trabalha e/ou estuda em outro município possui uma faixa salarial classificada como baixa ou média, ficando entre R\$233,33 e R\$1.236,00; e apenas 10% da população com maior poder aquisitivo participa dessa dinâmica (Tabela 12).

Tabela 12: Goiás 2010: Características da população pendular por rendimento mensal

Nível de rendimento mensal domiciliar per capita	Estimativa do número de pessoas	%
10% mais pobres: <= R\$ 127,5	17.584	3,24
2o nível: > R\$ 127,50 <= R\$ 233,33	48.175	8,86
3o nível: > R\$ 233,33 <= R\$ 403,00	118.939	21,88
4o nível: > R\$ 403,00 <= R\$ 680,00	153.044	28,16
5o nível: > R\$ 680,00 <= R\$ 1.236,00	116.593	21,45
10% mais ricos: > R\$ 1.236,00	89.178	16,41
Total	543.512	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Dessa maneira, fica claro que as condições de renda das pessoas que se deslocam para trabalhar e/ou estudar em outro município ou no interior da metrópole revelam os níveis de desigualdades dos deslocamentos intra e intermetropolitanos e socioespaciais, uma vez que os fluxos da movimentação pendular trazem à luz as diferenciações socioeconômicas da população.

Merece destaque o fato de que Goiás está entre os estados brasileiros que sinalizam aumento da proporção de municípios com níveis mais elevados de pendularidade. É igualmente relevante que certos municípios, tais como os localizados no entorno de Brasília, possuam acima de 25% da população realizando deslocamentos cotidianos em função de trabalho e/ou estudo. A tabela 13 demonstra os municípios cuja população que realiza movimentos pendulares é igual ou maior a 10% em relação à quantidade total de habitantes.

Tabela 13 - Goiás: Estimativa da população e movimentação pendular acima de 10% do total de habitantes dos municípios – 2010

Município	Estimativa da população total	Sim, estuda em município diferente	Sim, trabalha em município diferente	Sim, estuda e trabalha em município diferente	Total da população pendular	% pop. pendular
Cidade Ocidental	55.915	1.917	14.116	1.110	17.143	30,7
Novo Gama	95.018	4.981	22.429	1.341	28.751	30,3
Senador Canedo	84.443	3.118	20.836	1.147	25.101	29,7
Valparaíso de Goiás	132.982	4.844	30.859	2.126	37.829	28,4
Águas Lindas de Goiás	159.378	3.676	38.978	1.145	43.799	27,5
Goianira	34.060	1.108	7.527	365	9.000	26,4
Aparecida de Goiânia	455.657	20.163	88.718	6.824	115.705	25,4
Santo Antônio do Descoberto	63.248	1.719	12.617	522	14.857	23,5
Abadia de Goiás	6.876	238	1.284	81	1.603	23,3
Aragarças	18.305	1.057	2.792	296	4.145	22,6
Planaltina	81.649	1.148	16.518	494	18.160	22,2
Bonfinópolis	7.536	224	1.385	64	1.673	22,2
Santo Antônio de Goiás	4.703	115	768	34	917	19,5
Trindade	104.488	3.057	16.227	780	20.064	19,2
Brazabranes	3.232	217	361	42	620	19,2
Santa Rita do Araguaia	6.924	363	870	66	1.299	18,8
Ouvidor	5.467	250	622	71	944	17,3
Rialma	10.523	792	875	106	1.772	16,8
Caldazinha	3.325	116	417	18	551	16,6
Luziânia	174.531	3.199	24.211	963	28.372	16,3
Palmelo	2.335	172	175	14	361	15,5
Goianira	5.265	187	520	60	767	14,6
Caturai	4.686	154	485	23	661	14,1
Aragoiânia	8.365	167	934	71	1.172	14,0
Guapó	13.976	342	1.531	52	1.925	13,8
Nova Veneza	8.129	247	796	47	1.090	13,4
Hidrolândia	17.398	716	1.418	126	2.259	13,0
Turvelândia	4.399	158	392	12	562	12,8
Goianópolis	10.695	412	881	57	1.350	12,6
Paranaiguara	9.100	241	807	62	1.110	12,2
Campo Limpo de Goiás	6.241	293	438	29	761	12,2
Marzagão	2.072	61	174	16	251	12,1
Nerópolis	24.210	643	2.061	120	2.824	11,7
Padre Bernardo	27.671	845	2.271	108	3.224	11,7
Panamá	2.682	83	223	6	311	11,6
Santa Rita do Novo Destino	3.173	132	231	4	367	11,6
Maurilândia	11.521	210	1.054	63	1.327	11,5
Joviânia	7.118	176	630	6	812	11,4
Leopoldo de Bulhões	7.882	447	410	38	894	11,3
Terezópolis de Goiás	6.561	158	572	10	740	11,3
Nova Iguaçu de Goiás	2.826	109	185	19	313	11,1
Castelândia	3.638	76	304	21	401	11,0

Município	Estimativa da população total	Sim, estuda em município diferente	Sim, trabalha em município diferente	Sim, estuda e trabalha em município diferente	Total da população pendular	% pop. pendular
Gouvelândia	4.949	86	442	14	542	11,0
Cachoeira Alta	10.553	280	847	28	1.156	11,0
Santa Cruz de Goiás	3.142	267	66	8	341	10,9
Cocalzinho de Goiás	17.407	330	1.489	61	1.880	10,8
Três Ranchos	2.819	128	143	31	303	10,8
Itauçu	8.575	276	606	37	919	10,7
Aurilândia	3.650	186	194	11	391	10,7
Jesúpolis	2.300	206	26	8	241	10,5
Indiara	13.687	280	1.099	43	1.422	10,4
Aloândia	2.051	74	139		213	10,4
Porteirão	3.347	88	245	9	342	10,2
Campinorte	11.111	567	486	74	1.127	10,1
Urutaí	3.074	129	173	10	311	10,1
Simolândia	6.514	154	478	21	653	10,0
Guaraíta	2.376	97	135	6	238	10,0

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Como se pode perceber, estão localizados na região do Entorno de Brasília alguns dos municípios goianos com as mais elevadas taxas de pendularidade, como Cidade Ocidental e Novo Gama, ambos com mais de 30% da população se deslocando para exercer as suas atividades de trabalho e/ou estudo no Distrito Federal, o que ocorre em função da alta polarização exercida pela capital do país.

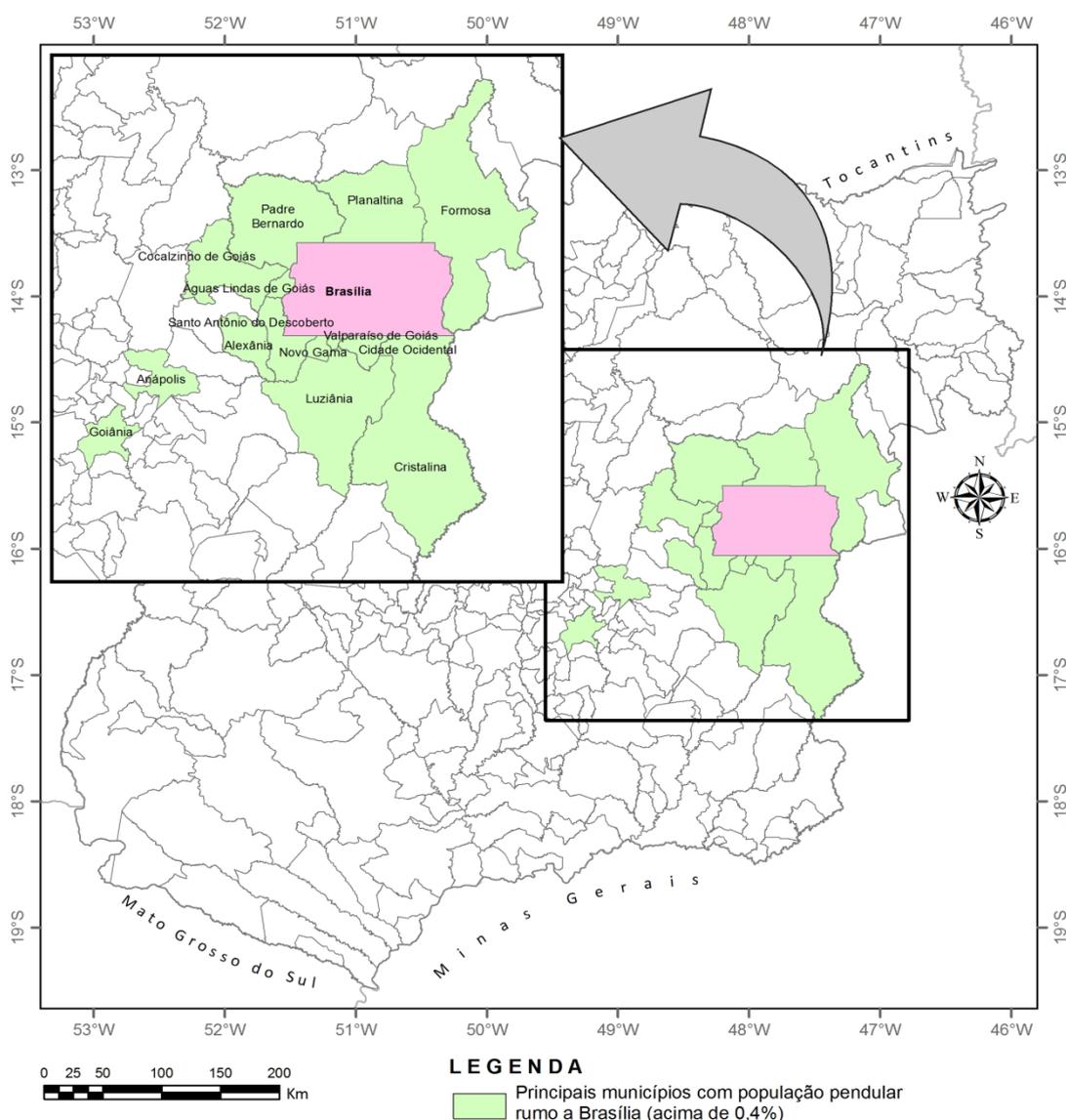
Vale destacar o município de Valparaíso de Goiás, com mais de 37 mil pessoas (28% da população) se dirigindo cotidianamente para a capital federal; Santo Antônio do Descoberto, com quase 15 mil indivíduos (23,5% da população); Planaltina, com 22% da população se deslocando para realizar suas atividades laborais ou discentes; e Padre Bernardo, com também altos índices de movimentos pendulares: aproximadamente 12% da população do município

A cidade de Luziânia, apesar de ser classificada como o único município da região do Entorno de Brasília a dispor de um setor de serviços mais elaborado, voltado para a demanda das atividades industriais instaladas em seus limites municipais, agrega cerca de 28 mil pessoas percorrendo

diariamente o trajeto descrito. Ao todo, a população residente em Goiás que exerce as suas atividades em Brasília corresponde a um terço da movimentação pendular no estado, englobando 36,6% das pessoas em tais condições, o que equivale a 200 mil pessoas se deslocando cotidianamente de Goiás rumo à capital federal.

O cartograma a seguir mostra os principais municípios goianos de onde as pessoas saem por motivo de trabalho e/ou estudo em direção à Brasília.

Cartograma 2 - Goiás 2010: Principais localidades de onde sai a população que se desloca rumo à Brasília (acima de 0,4%)



Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Por fim, entre os municípios da Região do Entorno de Brasília, o único que apresentou capacidade de polarização foi Formosa, sendo uma cidade classificada como subpolo (Arriel, 2011). O índice de migração pendular em Formosa é baixo em relação ao constatado em toda a região, com pouco mais de 6% dos moradores em condições semelhantes aos supracitados.

Os elevados índices de mobilidade pendular na região do Entorno são destacados por Caiado (2005) em estudo sobre a estruturação intraurbana na região do Distrito Federal e Entorno, o que se verifica em decorrência do baixo dinamismo econômico nas cidades goianas, pouca diversidade das atividades de comércio e serviços, uso predominantemente residencial de algumas localidades, além das elevadas taxas de crescimento populacional ocasionadas pelo processo de periferização da população (ocupação de áreas periféricas por pessoas de baixa renda, mas também por indivíduos com renda mais alta, em busca de locais mais afastados dos centros urbanos e de um nível de vida requerido pelas classes média e alta).

Após Brasília, no Distrito Federal, Goiânia é o município que recebe a maior quantidade de pessoas de outras localidades, com semelhante fenômeno de pendularidade, ou seja, a cidade recebe um terço do movimento pendular em Goiás (35%), correspondente a 191.163 pessoas (Tabela 14). A diferença em relação aos municípios anteriormente citados é que enquanto os moradores que precisam trabalhar ou estudar nas cidades da região Metropolitana de Goiânia apenas cruzam as fronteiras municipais, na região do Entorno de Brasília a fronteira avançada é a estadual (SEGPLAN 2011).

Tabela 14 - Goiás: Localidades que recebem os maiores índices de pessoas – 2010

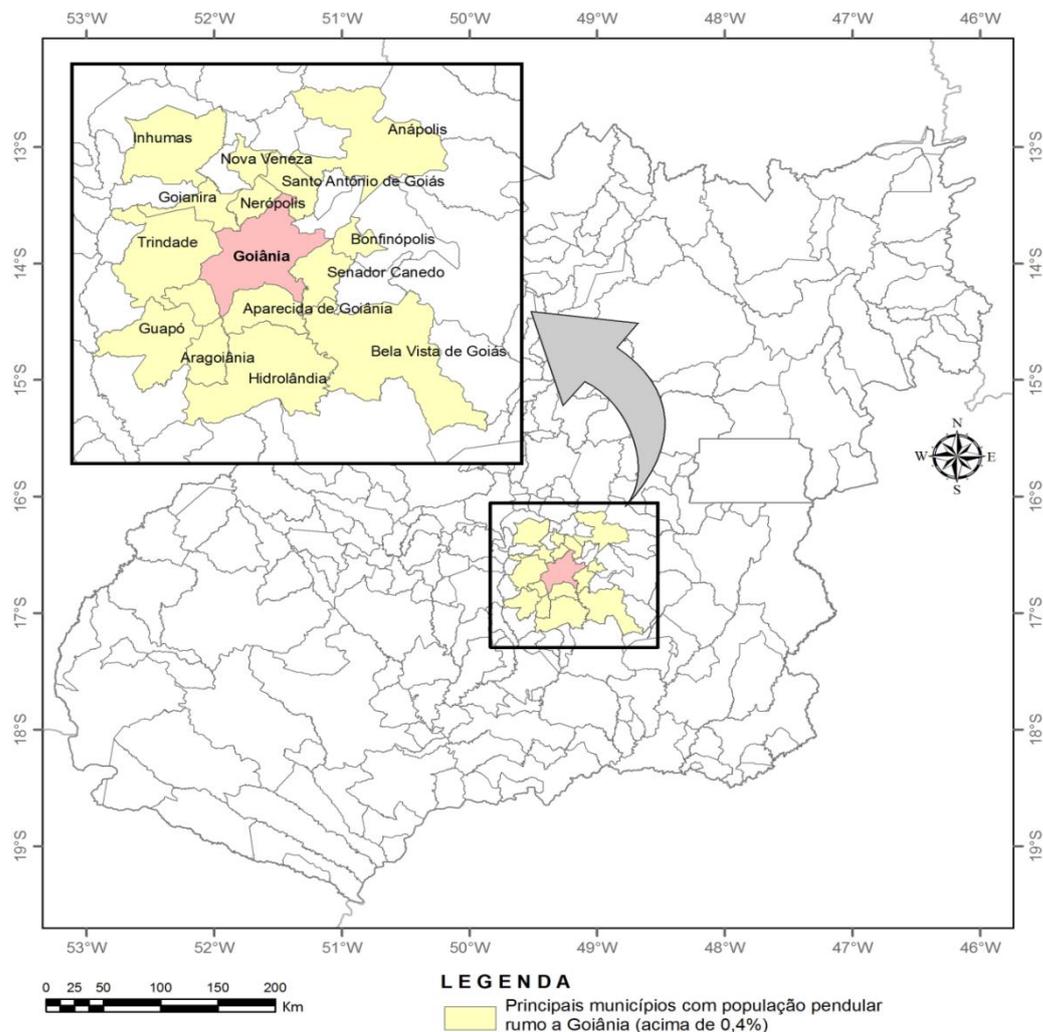
Município	Número de pessoas	%
Brasília	198.906	36,6%
Goiânia	191.163	35,1%
Aparecida de Goiânia	15.597	2,9%
Anápolis	10.477	1,9%
TOTAL	416.144	76,5%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

O cartograma 3 demonstra os municípios goianos de onde origina as maiores quantidades de pessoas que se deslocam rumo à capital do estado, Goiânia.

Cartograma 3 - Goiás 2010: Principais localidades de onde sai a população que se desloca rumo à Goiânia



Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Quatro municípios limítrofes à capital são origem de um elevado número de pessoas que se desloca diariamente para Goiânia, maior polo urbano do estado: Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Hidrolândia.

Em Senador Canedo, praticamente 30% da população que trabalha ou estuda o faz em outra localidade, normalmente em Goiânia. Em Aparecida de Goiânia, cidade com 455.657 mil habitantes, 115.705 se deslocam, totalizando 25,4% da população local. Por sua vez, no município de Trindade mais de 20

mil pessoas realiza deslocamento diário, entre estudo e trabalho, o que representa 19% da população. A cidade de Hidrolândia, município que inclusive concentra alguns empreendimentos industriais, possui uma movimentação pendular da população na faixa de 13% em relação ao total de habitantes.

Merece destaque o fato de que em algumas localidades o número de pessoas que entra e sai todos os dias pode chegar a ser praticamente a metade da população do município, a exemplo de Rio Quente, localizado próximo ao município de Caldas Novas, cidade turística que ao lado de Rio Quente forma a maior estância hidrotermal do mundo.

A tabela 15 e o cartograma 4 demonstram os municípios goianos onde a quantidade de pessoas recebidas todos os dias chega a ter bastante relevância em comparação ao número de habitantes.

Tabela 15 – Goiás: porcentagem da população pendular em relação à população total do município

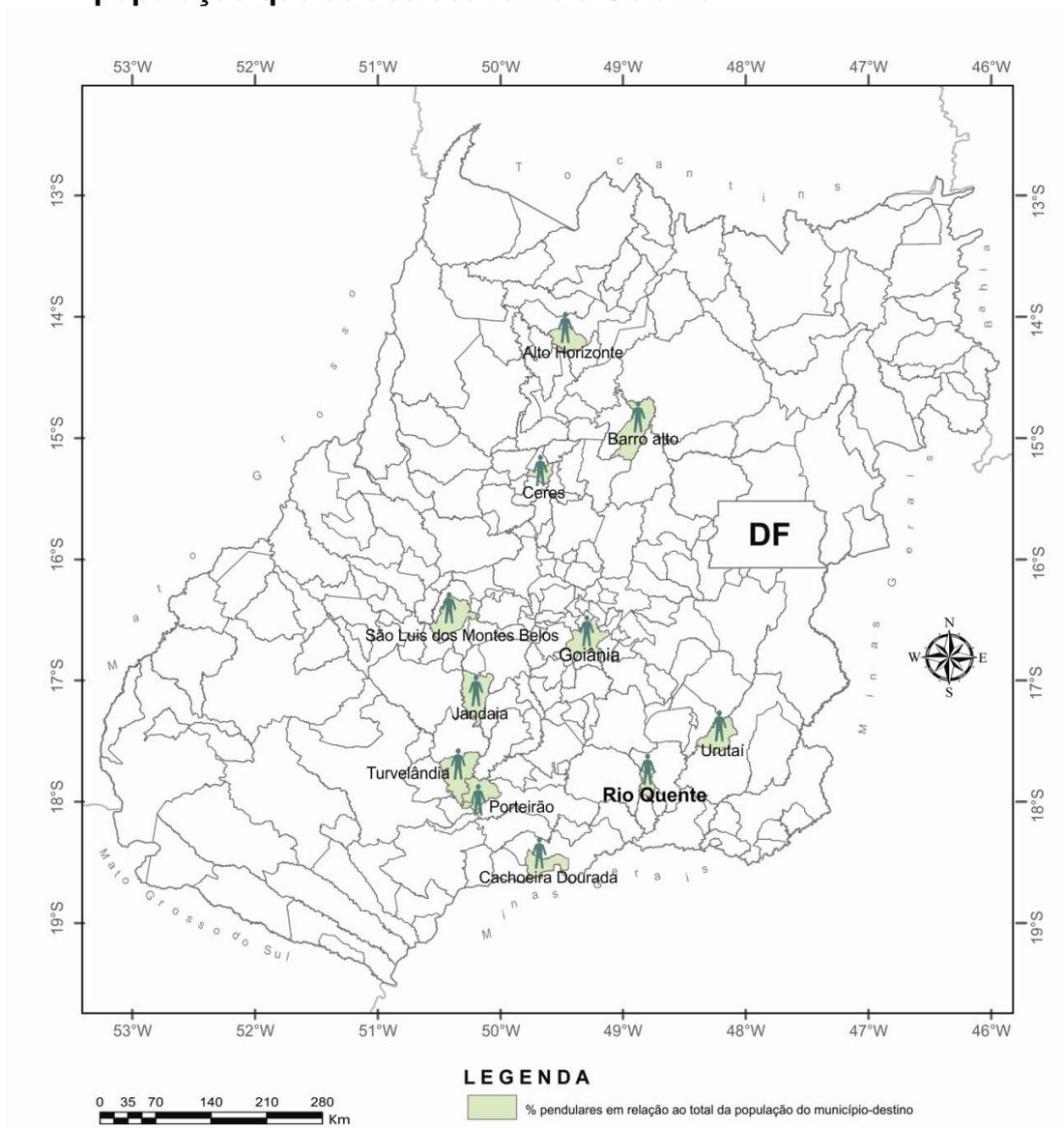
Município	População (2010)	Número de pessoas de Goiás que tem o município como destino	% pendulares em relação ao total de pendulares de Goiás	% pendulares em relação ao da população do município-destino
Rio Quente	3.312	1.647	0,3%	49,7%
Barro Alto	8.716	1.856	0,3%	21,3%
Porteirão	3.347	697	0,1%	20,8%
Turvelândia	4.399	798	0,1%	18,2%
Alto Horizonte	4.505	761	0,1%	16,9%
Urutaí	3.074	507	0,1%	16,5%
Jandaia	6.164	976	0,2%	15,8%
Ceres	20.722	3.230	0,6%	15,6%
Goiânia	1.302.001	191.163	35,1%	14,7%
São Luís de Montes Belos	30.034	3.752	0,7%	12,5%
Cachoeira de Goiás	1.417	170	0,0%	12,0%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

O complexo hidrotermal é destaque no turismo nacional e internacional, e a quantidade de trabalhadores recebidos em Rio Quente abrange 49% do total da população local, que é de pouco mais de 3 mil habitantes. O setor de serviços é bastante forte no município, o qual concentra hotéis, restaurantes, clubes etc, empregando relevante força de trabalho dos municípios próximos, tendo em vista a reduzida quantidade de habitantes locais.

Cartograma 4 - Goiás 2010: Principais localidades de onde sai a população que se desloca rumo à Goiânia



Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

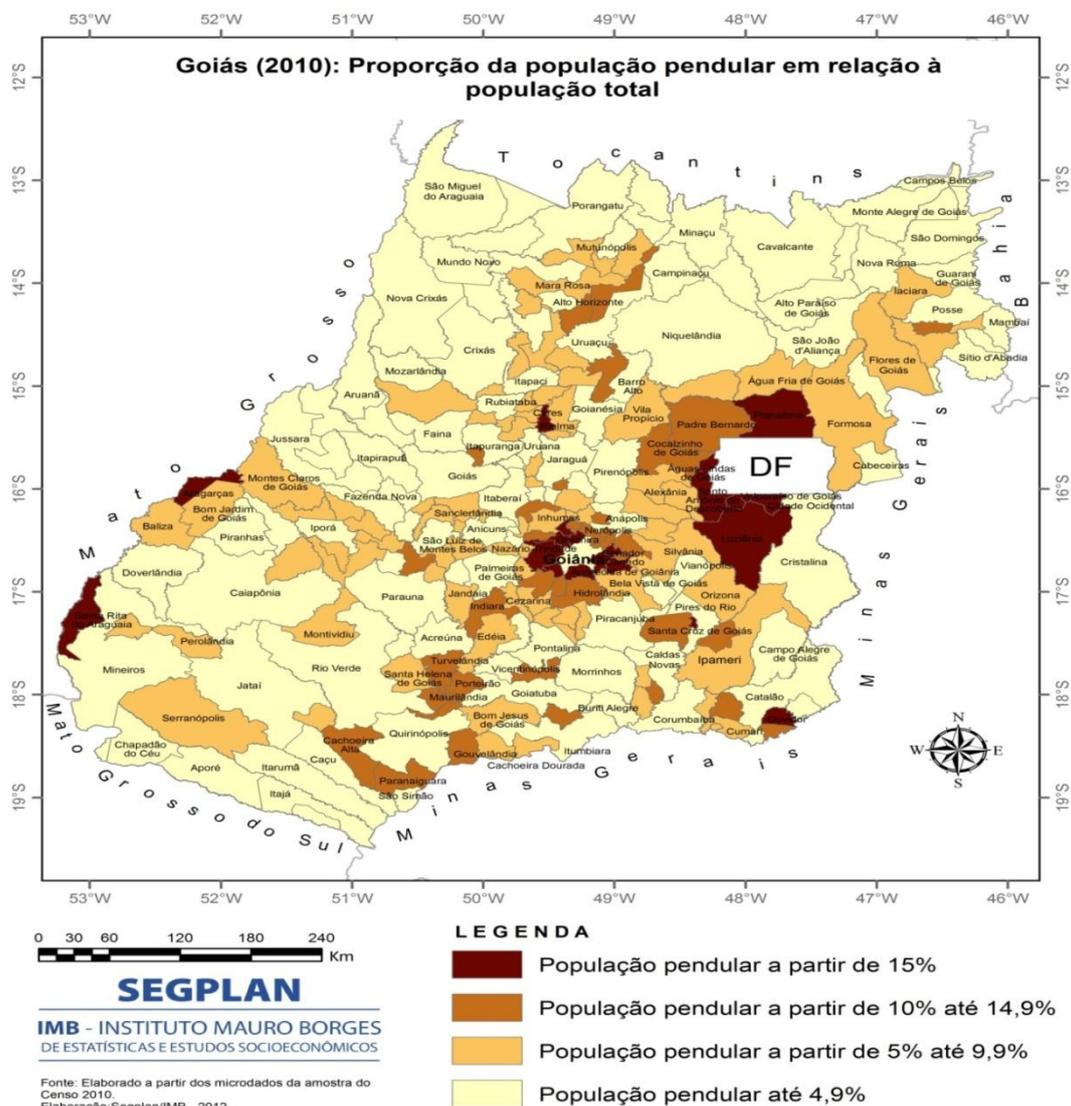
Além do município de Rio Quente, vale citar a cidade de Barro Alto, localizada no chamado Vale do São Patrício, região do cerrado (Mesorregião Centro de Goiás), cuja população recebida diariamente chega a ser 21% em relação à população local, ou seja, com 8,7 mil habitantes, o município recebe a quantidade de 1,8 mil pessoas todos os dias. Barro Alto é tradicionalmente conhecido por fornecer mão de obra para as cidades de Goianésia e Niquelândia, mas vem passando por acelerado processo de modernização, principalmente em função da implantação do complexo mineiro-metalúrgico

para obtenção de níquel (em forma da liga Ferro-Níquel), um dos maiores do país.

O município de Porteirão, na Mesorregião Sul de Goiás, é outra localidade que, comparativamente ao número de habitantes (3,3 mil), recebe grande quantidade de pessoas (697), indicando quase 21% de movimentação pendular. O município se destaca na produção de etanol, com usinas instaladas e extensos canaviais. Além desses, várias outros municípios se encontram em semelhante situação.

Finalmente, procurou-se relacionar, no cartograma 5, os municípios goianos e seus respectivos índices de pendularidade (a partir de 4,9%).

Cartograma 5 - Goiás 2010: Proporção da população pendular em relação à população total do município



Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Considerações finais

Conforme exposto no trabalho, o estado de Goiás está fortemente polarizado pelos núcleos de Goiânia e Brasília. A análise demonstrou que, na maior parte dos casos, a mobilidade de pessoas é motivada pela concentração de atividades ligadas à produção e consumo, que geralmente estão localizadas nas cidades de maior porte, como constatado tanto em relação à Goiânia quanto Brasília. Certas regiões do estado contribuem com um fluxo considerável de deslocamentos para municípios onde as pessoas trabalham ou estudam, exigindo serviços adequados para tais deslocamentos e onerando a infraestrutura dos municípios de destino.

No caso das aglomerações urbanas, os deslocamentos ficam condicionados à distribuição e hierarquia de funções entre os municípios integrantes, devendo-se considerar tanto a questão do mercado de trabalho quanto a infraestrutura oferecida, como é o caso dos estabelecimentos educacionais e serviços de saúde, entre outros. Embora não tenha sido incorporado a esse trabalho, merece consideração os movimentos motivados pela procura de serviços de saúde, dada a inexistência de infraestrutura no município de origem, exigindo que as pessoas se desloquem para realizar tratamentos regulares em localidades maiores, como Goiânia.

Por sua vez, a mobilidade pendular também está presente entre municípios não aglomerados, quando expressa a localização de atividades atrativas decorrentes apenas da existência de uma grande indústria, um grande estabelecimento de comércio ou de serviços, cooperativa, empresa agropecuária ou escola e universidade, como fica também evidenciado em certos municípios goianos que, embora sejam considerados de grande porte, não concentram significativo volume de atividades industriais e de serviços que justifique substanciais deslocamentos dos municípios próximos.

A localização das indústrias em regiões que concentram população e oferta de serviços acaba atraindo pessoas de outros municípios, como ficou perceptível em relação a Goiânia, maior polo urbano do estado. No caso de Brasília, a ausência de condições estruturais nas cidades do Entorno juntamente com a forte polarização exercida pela capital certamente impulsiona grandes

levas de população para a capital federal, que oferece tanto os serviços de educação e saúde quanto um amplo mercado de trabalho.

Em Goiás, o fato de mais de 90% da população do estado residir na área urbana (no Brasil, a taxa média de residentes urbanos é de 84%) deve ser considerado relevante em termos de aglomeração e distribuição das funções e serviços necessários à população. Se comparado aos outros estados e ao Distrito Federal, Goiás ocupa a 4^o posição na escala de urbanização nacional, perdendo apenas para os consolidados centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Ademais, muito embora a região Centro-Oeste não concentre grande quantidade de aglomerados subnormais¹¹, com apenas 1,48% da população residindo neste tipo de aglomerado (SEGPLAN, 2012), é preciso ter em conta que o rápido crescimento estadual implicou uma sorte de problemas, que vai desde a malha urbana e falta de infraestrutura básica à ocupação desordenada de áreas de alto valor ecológico e poluição dos recursos hídricos. Além disso, o elevado nível de urbanização tem gerado consequências e demandas que o poder público deve ser capaz de responder, como o elevado índice de movimentação da população em razão de satisfazer as suas necessidades essenciais de trabalho, educação, saúde, habitação etc, o que sugere cuidados adicionais com infraestrutura nos municípios e na rede de transportes.

Por fim, salienta-se que os movimentos pendulares verificados em Goiás estão inscritos no cenário de metropolização geral, sendo inerentes ao processo de urbanização, à formação de aglomerados e concentração da riqueza na região. Além dos fatores naturais e históricos, os efeitos da política econômica devem ser considerados elementos determinantes à concentração das atividades econômicas em dadas localidades, o que certamente pode atuar como um fator adicional ao processo de concentração espacial, ou como elemento de compensação ao induzir processos de reequilíbrio territorial, quando for este o caso.

A relevância dos deslocamentos não repousa, portanto, em questão meramente física, ou na simples mensuração de fluxos, devendo-se refletir que

¹¹ São considerados aglomerados subnormais os domicílios alocados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares.

a temática da mobilidade constitui um dos fenômenos mais relevantes do mundo contemporâneo, ocasionando os mais variados níveis de consequências humanas e espaciais.

Referências bibliográficas

ADAMS, J.S. "Classifying settled areas of the United States: conceptual issues and proposals for new approaches". In: DAHMAN, D.C. e FITZSIMMONS, J.D. (Ed.). *Metropolitan and non metropolitan áreas: new approaches to geographical definition*. Washington, Population Division/US Bureau of the Census.

ANDAN, O.; D'ARCIER, B.F.; RAUX, C. Mouvements, déplacements, transport: la mobilité quotidienne. In: AURAY, J. P.; BAILLY, A.; DERYCKE, P. H.; HURIOT, J. M. (Org.). *Encyclopédie d'économie spatiale: concepts - comportements - organisations*. Paris: Economica, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Anuário estatístico do Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

ARRIEL, Marcos Fernando. Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007). Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010.

BAENINGER, R. A.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. Papeles de Población, Toluca: Centro de Investigacion y Estudios Avanzados de La Poblacion, v.14, n.58, p.141-154, 2008.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes e a identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1989.

CANALES, A. I. Discurso demográfico y posmodernidad. Una revisión crítica del pensamiento malthusiano. *Estudios Sociológicos XIX*, México, DF: Colégio de México, n. 56, p.381-417, 2001.

CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.22, n.1, p.55-88, jan/jun. 2005.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

Censo demográfico 1991. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1991.

Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000.

Censo Demográfico 2010 – *Resultados gerais da amostra*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, 2010.

CODEPLAN. *Pesquisa domiciliar*. transporte: 2000: Brasília, 2002.

CUNHA, José Marcos Pinto (organizador). "Introdução", *Novas Metrôpoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação*. 09/2006, ed. 1, NEPO/UNICAMP, pp. 10, pp.11-20, 2006.

DE AMBROSIS, Clementina. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAN. *Estatuto das Cidades*, 2001.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2. Ed. Rio de Janeiro: IBGE.

FERREIRA, M. de F. S.; LEMOS, M, B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. *Revista econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 31, 2000.

GIRARDI, G. Tese de doutorado em Geografia intitulada "*Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente, 2008.

GROSTEIN, M.D. Metrôpole e Expansão Urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 2001, v. 15, n. 1.

HOGAN, Daniel. J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, George (org). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Ed. Unicamp, Campinas, 1993.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Análise sobre os deslocamentos populacionais no Brasil* OLIVEIRA, Luiz Antônio P. e OLIVEIRA, Antônio Tadeu R., (orgs). Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto: 1991/2001 / Instituto Nacional de Estatística - Lisboa: I.N.E., 2003.

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Panorama Socioeconômico de Goiás – Estudos IMB, SEGPLAN – GO, Agosto/2012.

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos. SEGPLAN – GO, Junho/2012

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Os polos econômicos do estado de Goiás. SEGPLAN – GO, Julho, 2011.

IPEA. *Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil*. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

MAZZOCCANTE R., Heloisa. Estratégias laborais e políticas migratórias entre Brasil e Bolívia. Tese defendida no Curso de Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2012.

MIGLIORANZA, E. Valinhos: um novo padrão de cidade dormitório? In: *Novas Metrópoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação*. Ed. 1, NEPO/UNICAMP, p.539-560, 2006.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. *Movimento pendular e perspectiva de pesquisa em aglomerados urbanos*. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

O estado de las ciudades de américa latina y el caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Habitat, Agosto del 2012.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de estudos de população*, São Paulo, v. 27, n. 1, Junho, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de & OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Orgs.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. *Estudos e Análises: Informações Demográficas e Socioeconômicas* número 1. IBGE – Rio de Janeiro, 2011.

OJIMA, Ricardo. (2007) Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

_____. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: ABEP, v.24, n.2, p.277-300, jul./dez. 2007.

_____. *et al.* (2010) O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo: EDUC, v.12, n.24, p.395-415, jul./dez. 2010.

_____. (2010) Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, n.121, p.115-132, jul./dez. 2011.

PERPETUA, Guilherme Marini. *Movimentos Pendulares e Acumulação do Capital*. Revista Pegada – vol. 11 n.2, dez/2011.

PINTO, A. V. *El pensamiento crítico en Demografía*. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, capítulo 6, 1973.

PIRES M. J. S.; RAMOS, P. Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do Estado de Goiás. In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47º Congresso, Porto Alegre, 2009.

REIS, José (2010), Uma ciência indisciplinar: a cidade dos economistas. In: Vítor Neves e José Castro Caldas (org.), *A Economia sem Muros*. Coimbra: Almedina/CES, 219-233.

RODRIGUES, Juciano Martins. Dinâmica populacional de Goiânia: o crescimento das regiões na década de 1990. *SEGPLAN, Conjuntura Econômica Goiana - Nº 08 (Maio/2006)*.

SERRA, Nuno. Notas para uma perspectiva institucionalista da economia e da governação urbana. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/FLUC, Nº 4, 2010.

SILVA, Sandra Sofia Brito da. Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios. Tese de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Trad. Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOBREIRA, Daniel Pessini. *Subsídios para o estudo dos deslocamentos pendulares nas regiões metropolitanas paulistas: São Paulo, Campinas e Baixada Santista*. In: IV Encontro do Grupo de Trabalho de Migração, 16 a 18 de novembro de 2005, Rio de Janeiro, *Anais...*Belo Horizonte: ABEP, 2005.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. *Revista brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, jan./jun. 2008.

VALE, Mário (2007), “Globalização e competitividade das cidades: uma crítica teórica na perspectiva da política urbana”, in CEG, *Geophilia: o sentir e o sentido da Geografia* – Homenagem a Jorge Gaspar. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

VILLAÇA, F. (1998) *Espaço Intra-urbano no Brasil*. Studionobel: FAPESP: Lincoln Institute, São Paulo.